

## **IMPLANTAÇÃO DO SOFTWARE ICA-ATOM COMO FERRAMENTA DE DIFUSÃO DE ACERVOS ARQUIVÍSTICOS EM IFES: O ESTUDO DE CASO DA UFCSPA**

Graziella Cé<sup>1</sup>

Daniel Flores<sup>2</sup>

### **RESUMO**

Este artigo é resultado da Dissertação de Mestrado do Programa Profissional em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria, que tem como título “Uma política de identificação de fundo, descrição e difusão em Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)”. A temática desenvolvida tem como base a aplicação do software ICA-AtoM (AtoM) no processo de descrição arquivística na Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), podendo ser base para outras IFES. Essas instituições têm como função a pesquisa, o ensino e a extensão, pressupondo, dessa maneira, um interesse ativo na difusão das informações. Os documentos carregam consigo informações fundamentais para a construção social e registram aspectos vinculados às atividades acadêmicas, administrativas e sociais. Nessa perspectiva, o ICA-AtoM (AtoM) é um grande aliado na difusão dos conjuntos documentais, pois é uma ferramenta de grande utilização e aplicação internacional pela comunidade arquivística, tornando-se assim relevante no contexto institucional. Para atingir esse objetivo, foi necessário estudar as características desse software e as possibilidades concernentes ao seu uso. Pretende-se, também, realizar um estudo com as funcionalidades dessa ferramenta no que tange à manutenção da cadeia de custódia e do contexto de acesso às informações. Quanto à metodologia, a natureza dessa pesquisa é aplicada, visando à solução de problemas de ordem específica. Do ponto de vista dos objetivos, caracteriza-se como uma pesquisa descritiva e, em relação aos procedimentos técnicos, constitui-se em um estudo de caso, com auxílio da pesquisa bibliográfica e documental.

**Palavras-chave:** ICA-AtoM (AtoM). Acesso às informações. Difusão documental.

---

<sup>1</sup>Arquivista da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA). Mestre em Patrimônio Cultural pela UFSM. E-mail: graziellace@gmail.com.

<sup>2</sup> Docente do Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Docente do Mestrado Prof. em Patrimônio Cultural/UFSM; Líder do Grupo de Pesquisa CNPQ: Patrimônio Documental Arquivístico; Líder do Grupo de Pesquisa CNPQ: GED-Gestão Eletrônica de Documentos Arquivísticos. E-mail: danielflores.arquivologia@gmail.com.

## 1 INTRODUÇÃO

O acesso às informações nas instituições públicas e especialmente nas universidades é de fundamental relevância no exercício da cidadania, corroborando a importância e o direito da sociedade de receber as informações de forma passiva e ativa. Esse direito é normatizado pela Lei 12.527, de 12 de novembro de 2011, denominada Lei de Acesso à Informação (LAI), que regula e prevê a disponibilização da informação, e pelo Decreto 7.724, de 16 de maio de 2012, que especifica os procedimentos para garantia de acesso de informações.

Dentro desse contexto, o acesso à informação e o tratamento documental funcionam de forma conjunta. Embora não seja explícito na LAI, os gestores, as administrações e os órgãos responsáveis pelo acesso precisam e devem ter a concepção de que as informações são retiradas tacitamente dos documentos. Essa perspectiva poderia potencializar os investimentos nos arquivos, tanto de recursos financeiros quanto de recursos humanos, sendo elemento constitutivo de melhorias na gestão documental e do acesso aos conjuntos documentais, garantindo aos cidadãos avanços nos seus direitos de informação e a liberdade de exercício democrático.

Para Alves (2012, p. 124) a cultura de sigilo “é a forma de manutenção das estruturas sociais pautada no binômio informação-poder por meio de uma relação diretamente proporcional”. Nesse sentido, a realidade de muitas instituições é ainda vinculada a uma cultura de sigilo em que a divulgação das informações é exceção pautada na perspectiva de que disponibilizar informação é compartilhar poder. Esse fato precisa ser discutido e modificado diante das normativas de acesso informacional em consonância com a perspectiva do conceito de transparência administrativa, governamental e informacional.

Diante disso, a ferramenta ICA-AtoM (AtoM) constitui-se em uma alternativa para realizar a descrição arquivística, difusão em arquivos e, conseqüentemente, fornecer acesso às informações contidas nos documentos. Por fim, pode ser interconexo ao Archivematica, permitindo a criação de Repositórios Arquivísticos Digitais (RDC-Arq). Esses repositórios são capazes de garantir a autenticidade e o acesso a longo prazo dos arquivos permanentes.

Mediante as inúmeras funções e aplicações do ICA-AtoM (AtoM), este artigo tem o objetivo de estudar e difundir esse software, assim como explicitar a sua aplicação no processo de descrição arquivística online e a sua relação com aspectos referentes ao acesso das informações nas universidades.

Na pesquisa que teve como temática a identificação de fundos, descrição e difusão documental em Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), o foco do estudo foi a Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA). Nesse estudo, trabalhou-se com os procedimentos para difundir o acervo documental dessa universidade, incluindo o estudo das etapas anteriores para chegar a esse processo: arranjo e descrição. Na etapa de descrição, difusão e acesso, a ferramenta ICA-AtoM (AtoM) foi fundamental, pois permitiu realizar a descrição multinível, via web, assim como difundir os conjuntos documentais dessa organização.

Diante das características já elencadas do ICA-AtoM (AtoM) e da aplicação prática, destaca-se que essa ferramenta é importante às organizações, especificamente às universidades, contribuindo para difusão do seu capital informacional e intelectual, incluindo o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

## 2 SOFTWARE ICA-AtoM (AtoM)

O ICA-AtoM (AtoM)<sup>3</sup> é um software livre de descrição arquivística baseado nas normas do Conselho Internacional de Arquivos (ICA), desenvolvido em formato aberto e disponibilizado via web. Na sua versão 1.x, é chamado de ICA-AtoM; já a partir da versão 2.x, é chamado de AtoM. A literatura internacional reconhece tanto a nomenclatura ICA-AtoM (AtoM) como AtoM, sendo “AtoM” um acrônimo para “Acesso à memória”.

Esse software foi desenvolvido pela empresa *Artefactual Systems* em colaboração com o Conselho Internacional de Arquivos e outros parceiros internacionais. O fato de ter código fonte aberto traz como benefícios: menos pagamentos de royalties, diminuição de custos com licenciamento de software e não dependência a sistemas proprietários, foco na transparência e sustentabilidade no que tange aos aspectos de gerenciamento de projeto e economia de recursos públicos, permitindo a colaboração da comunidade

---

<sup>3</sup> O ICA-AtoM tem as informações sobre seu funcionamento, histórico e manual de usuário disponíveis na web na página <https://www.ica-atom.org/> e na <https://www.accesstomemory.org/pt/>.

arquivística no seu desenvolvimento e na sua melhoria. No Brasil, a utilização livre de software tem sido destaque, tanto em incentivo quanto em divulgação, sendo um item fundamental no aparato tecnológico e estratégico dos núcleos de tecnologia da informação.

O ICA-AtoM (AtoM) é disponibilizado em ambiente web, o que abre portas para uma maior abrangência ao público internacional, além de ser multilíngue e distribuído gratuitamente. A versão demo online permite ao usuário conhecer e entender o funcionamento do programa.

Ademais, essa ferramenta foi desenvolvida com base na Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – ISAD(G), na Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias – ISAAR (CPF) e na Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico – ISDIAH, além de outras.

Cabe esclarecer que esse programa não faz a gestão documental, já que não é um Sistema Informatizado de Gestão Arquivístico de Documentos-SIGAD e, tampouco, tem a função de um repositório. Todavia, possui interface com repositórios digitais.

Segundo Flores e Hedlund (2014, p. 31), “O ICA-AtoM utiliza procedimentos simples das tecnologias para internet oferecidas atualmente. Desse modo, a partir de seu navegador padrão e acesso à internet, é possível todos os recursos disponíveis no software”.

Um deles é o download de versões do ICA-AtoM (AtoM), permitindo o acesso e a pesquisa dos conjuntos documentais via web. Além disso, possui suporte a vários idiomas, o que viabiliza ainda mais sua utilização, seu estudo e aperfeiçoamento por meio de uma rede colaborativa. Várias versões foram lançadas, sendo que a versão Release 2.3.0 foi lançada no dia 19 de julho de 2016. Segundo o AtoM (2016), o release 2.3.0<sup>4</sup> é o maior desde junho de 2015 e inclui novas características, tais como o campo da procura e da pesquisa avançada, além de suporte para mais tarefas para evitar o tempo limite do navegador durante as operações de longa duração e correções de bugs.

O release do AtoM (2016) trouxe ainda algumas modificações. Dentre elas, a redefinição de páginas de pesquisa, de navegação e de pesquisa avançada, as opções

---

<sup>4</sup> [https://wiki.accesstomemory.org/Releases/Release\\_announcements/Release\\_2.3](https://wiki.accesstomemory.org/Releases/Release_announcements/Release_2.3)

avançadas de busca redesenhadas, permitindo, dessa forma, a aplicação interativa a qualquer pesquisa ou navegação. As facetas e os filtros podem ser utilizados em conjunto e ainda foram adicionadas novas opções de pesquisa. Foi desenvolvido o módulo de Direito Premis reforçado, com a possibilidade de configurar regras básicas e definir níveis de acesso por direitos básicos. Ainda nesse módulo, é possível adicionar um *copyright pop-up* personalizável que avisa aos usuários que esses devem reconhecer antes de visualizar um objeto digital mestre.

Foi criado o novo módulo chamado Clipboard, que permite ao usuário final fazer pin das descrições arquivísticas. Esse sistema tem a alternativa de tela cheia, por meio da opção *treeview* largura total, visualizando e navegando pelo Plano de Classificação e Quadro de Arranjo. Possui o recurso de configurar uma lista de inventário com mais opções de hierarquia de navegação. A lista de inventário foi adicionada no AtoM 2.3, permitindo aos usuários selecionar níveis específicos de descrição a ser incluído, e, em seguida, exibe um link no menu de contexto do lado direito de descrições de país. Essa nova configuração permite aos usuários uma visão baseada em tabelas de descrição do nível inferior, ou seja, séries, subséries, grupos, dossiês, etc. Nesse mesmo menu, há links que permitem aos usuários navegar diretamente em páginas, limitado a hierarquia de arquivo atual, ou então para explorar todos os objetos digitais incluídos em uma hierarquia.

No campo pesquisa da instituição arquivística, o software dispõe de colunas classificáveis. Nesse sentido, os usuários podem verificar maiores informações como região, sub-região geográfica e área temática. Ainda, foram adicionados alguns filtros de pesquisa avançadas para instituições arquivísticas – os usuários podem filtrar a lista por área temática, tipo de arquivo e/ou região. Houve aprimoramento na lista de participação na página de visualização do repositório, com inclusão de uma página em que todos os resultados são listados.

Por fim, a opção de exportação *comma-separated values* (CSV) inclui uma lista de comando para exportação completa CSV de descrições arquivísticas e várias opções para exportar a partir da interface do usuário, apoiado pelo agendador de tarefas para evitar problemas de tempo limite. Maiores detalhes podem ser verificados no AtoM release 2.3.0.

A versão release 2.3.1 foi lançada no dia 14 de fevereiro de 2017, tendo como objetivo corrigir bugs encontrados na versão 2.3.0. Os bugs corrigidos na versão 2.3.1 são os seguintes: os derivados de PDF não são gerados corretamente no Ubuntu 16.04; a

importação CSV falha ao usar a coluna “*accessionNumber*” para vincular novas descrições aos registros de acesso existentes; a paginação de resultados, que não funciona em páginas de índice de termos; a investigação de potenciais problemas de compatibilidade do Ubuntu 16.04 com importação CSV; e a configuração global para o separador de código de referência afeta a nova geração de slug do usuário.

A última versão release 2.4.0 foi lançada no dia 05 de setembro de 2017. Nessa versão, é possível fazer o upload de um instrumento em PDF como um instrumento de pesquisa (guia, inventário, catálogo, etc.), que teve formatação, edição de elementos pré-textuais e pós-textuais.

Diante do exposto, o ICA-AtoM (AtoM) possui três contextos no que tange ao processo de utilização. Na concepção de Flores (2015), esses contextos de uso referenciam o momento da utilização: descrição arquivística, acesso e difusão e, por fim, quando interconexo ao Archivemática, permitem a criação de Repositórios Arquivísticos Digitais (RDC-Arq). Nesse ponto, deve se pensar na cadeia de custódia em que se considera o ambiente de gestão de documentos, de preservação e o ambiente de acesso.

A custódia é definida como a “responsabilidade jurídica de guarda e proteção de arquivos, independentemente de vínculo de propriedade” (BRASIL, 2005, p. 62). A custódia faz referência tanto a propriedade legal quanto a propriedade física dos registros. Para Bastian (2001), Hilary Jenkinson baseou a santidade de evidências sobre a capacidade de provar a custódia contínua. Ainda segundo esse autor, Theodore Schellenberg entende que a custódia contínua é inviável para os Arquivos Nacionais dos Estados Unidos, mas considerava que ter a custódia dos registros que atravessa o limiar dos arquivos era fundamental para proteger sua integridade.

A preservação da cadeia de custódia deve ser garantida desde a produção dos documentos arquivísticos digitais, permitindo a autenticidade desses documentos e assegurando que o pesquisador tenha acesso a documentos mantidos e preservados sem alteração, sendo, portanto, livres de suspeitas de uso para outras finalidades para o qual não foram criados.

Os documentos digitais são mais complexos e específicos, sendo que o armazenamento em nuvens pode afetar facilmente a cadeia de custódia e, por sua vez, a autenticidade documental.

Nos documentos em suporte em papel, os conjuntos documentais que possuem valor primário ficam custodiados pelo arquivo corrente e intermediário, compreendendo, dessa forma, a fase de gestão documental (produção, tramitação, utilização e arquivamento até sua destinação final). Após serem recolhidos ao arquivo permanente, ocorre uma alteração na cadeia de custódia, visto que os documentos possuem o valor secundário, a citar histórico, probatório e informativo. Conforme dispõe o CONARQ (2015, p. 4), no documento Diretrizes para a implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis – RDC-Arq, “a partir da destinação para guarda permanente, ocorre uma alteração na cadeia de custódia, passando a responsabilidade pela preservação dos documentos dos produtores para a instância de guarda”. Essa instância de guarda pode ser um Arquivo Público do Estado, Arquivo Nacional ou até mesmo um arquivo geral.

A especificidade e complexidade dos documentos digitais demandam alguns elementos que precisam ser contemplados para mantê-los íntegros e confiáveis. Nesse sentido, Flores (2015) afirma que deve incluir a cadeia de custódia, que respeita o ciclo de vida de documentos, a Lei de Arquivos, a LAI, os princípios arquivísticos, inclusive o da cadeia de custódia analógica. Para Flores (2015), as fases corrente e intermediária compreendem o uso de Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD); ainda nessa fase, se pode utilizar o RDC-Arq, embora não seja um elemento obrigatório.

Ainda para esse estudioso, na fase subsequente, ou seja, na permanente, ocorre uma alteração da cadeia de custódia (sem interrupção) nos documentos de valor permanente. Na fase permanente, é obrigatório o uso de RDC-Arq, conforme disposto na Figura 01.

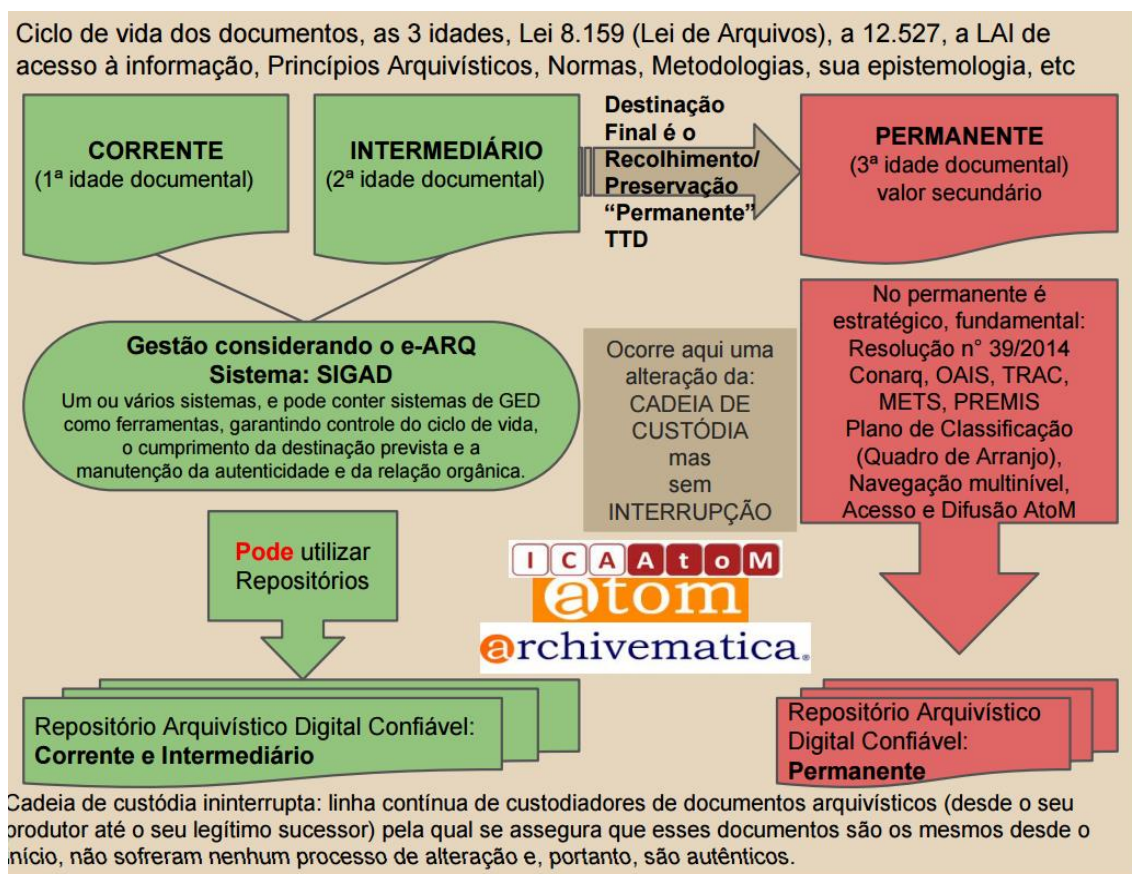


Figura 1 - Cadeia de custódia dos documentos arquivísticos digitais

A Orientação Técnica nº 01 (CONARQ, 2011, p.2) dispõe que um “SIGAD não compreende as funcionalidades necessárias para a guarda de documentos permanentes, isto é, não tem por objetivo implementar todos os procedimentos de preservação digital necessários aos documentos de guarda permanente.”

O projeto *International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems - InterPARES* (2007) dispõe que a verificação de autenticidade acompanha o ciclo de vida dos documentos, sendo parte do processo tradicional de avaliação de arquivos, com uma cadeia de custódia ininterrupta desde o momento de produção de documentos até a sua transferência para a entidade arquivística responsável pela preservação a longo prazo.

A manutenção da cadeia de custódia, em consonância com o respeito ao ciclo de vida dos documentos e dos custodiadores dos documentos arquivísticos, constitui-se em elemento essencial na comprovação da autenticidade dos conjuntos documentais, por meio da custódia desses documentos em ambientes autênticos. Flores (2015, p. 16) dispõe que:




a manutenção da cadeia de custódia deve ser feita através de Ambientes Autênticos, sejam os SIGAD's (e-ARQ Brasil) nas fases corrente e intermediária, e os RDC-Arq (Repositórios Digitais Confiáveis Arquivísticos) na fase permanente. O e-ARQ Brasil, contempla a Gestão Documental, e após o término da fase da Gestão de Documentos, com a alteração da cadeia de custódia, passamos para a fase de AAP - Administração de Arquivos Permanentes, através dos RDC-Arq's (Resolução nº 43/CTDE/CONARQ), contemplando Arranjo, Descrição, Digitalização, Difusão e Acesso de Documentos de caráter permanente, e não mais permitindo ações ou operações típicas da Gestão de Documentos como a Avaliação, etc. Assim, é uma linha ininterrupta que gerencia no tempo e nas idades do ciclo vital de documentos, os custodiadores destes Documentos Arquivísticos.

De acordo com Flores (2016), o ambiente autêntico a documentos digitais pressupõe manutenção de elementos relativos à autenticidade, identidade e integridade.

Portanto, a utilização do ICA-AtoM (AtoM) nos três contextos de aplicação pelas IFES pode ser um caminho para as instituições arquivísticas difundirem seus acervos e manterem a cadeia de custódia dos documentos arquivísticos. O ICA-AtoM (AtoM), quando está interconexo ao Archivematica, permite a manutenção da autenticidade dos documentos arquivísticos digitais, pois o Archivematica é um repositório que permite a preservação em longo prazo dos documentos arquivísticos digitais.

Quando o ICA-AtoM (AtoM) e o Archivematica estão interconectados no ICA-AtoM (AtoM), fica o registro no campo Objeto UUID / AIP UUID, conforme Figura 02.



Metadados de objeto digital	
Nome do arquivo	557ba0fb-a88e-4490-8ba7-a630c47a00fd-brizola.jpg
Tipo de mídia	Imagem
Mime-type	image/jpeg
Tamanho do arquivo	21.6 KiB
Uploaded	10 de setembro de 2015 20:51
Objeto UUID	557ba0fb-a88e-4490-8ba7-a630c47a00fd
AIP UUID	7fc5acf6-2e90-49eb-bc6a-6f59235f203c

Figura 2 - Metadados dos objetos digitais

A utilização desse software deve ser incentivada nas universidades, visto que são unidades fomentadoras de conhecimento e se alinham a uma política governamental que estimula a utilização de software livre.

Posteriormente, será especificado o uso da tecnologia do ICA-AtoM (AtoM) no processo de descrição documental, que promove o acesso online aos instrumentos de pesquisas por meio da descrição multinível.

O contexto tecnológico influenciou de maneira significativa o processo de descrição arquivística, com a possibilidade de utilizar a *Internet* para atingir uma maior quantidade de usuários. Mariz (2012) destaca que a apresentação de informações sobre acervos nos sites determina a ida dos usuários aos arquivos. A autora diz que:

Se a instituição divulga seus fundos, que tipos de documentação reúne, assuntos e data-limite, ela permite que o usuário tenha uma informação preliminar sobre o acervo, o que faz com que ele possa decidir sobre as vantagens e desvantagens de sua ida ao arquivo. Sendo assim, a presença dessas informações nos sites é fundamental (MARIZ, 2012, p. 107).

Nesse contexto, o ICA-AtoM (AtoM) coaduna com a tendência e com o conceito de disponibilização de descrições arquivísticas de forma online, aproximando as instituições arquivísticas dos seus usuários.

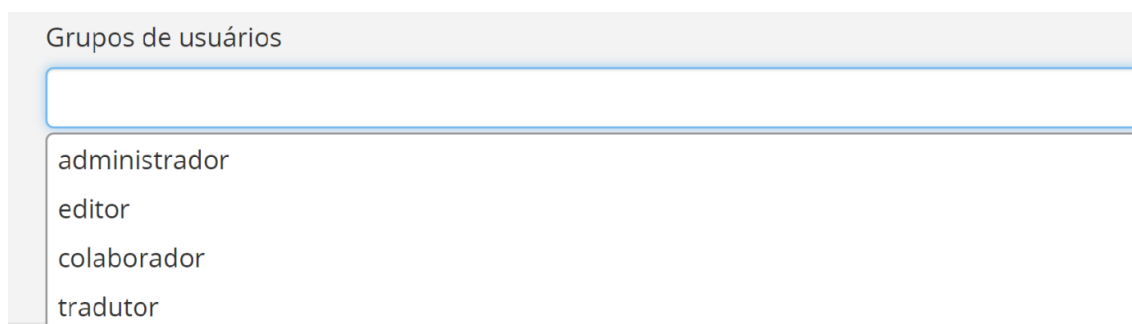
### **3 DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA NO ICA-ATOM (ATOM)**

Os recursos tecnológicos tornaram-se parte do cotidiano, com interações virtuais em espaços informacionais de troca e acesso a informações. Nesse contexto, as instituições arquivísticas possuem, no que tange ao processo de descrição documental, a possibilidade de usar o ICA-AtoM (AtoM), permitindo acesso rápido e eficaz das informações contidas nos acervos documentais.

Após o download do ICA-AtoM (AtoM), é preciso configurar essa ferramenta conforme necessidade da instituição. É possível incluir e editar tanto a página inicial quanto seu conteúdo, com acesso por meio de login e senha do usuário. O perfil do usuário pode ser de administrador, editor, colaborador, tradutor ou pesquisador. Exceto o pesquisador, todos os outros perfis necessitam de usuário e senha.

O IBICT WIKI (2015) dispõe que o administrador gerencia a conta e o perfil do usuário, tendo permissão para importar, criar, ler, atualizar, publicar ou eliminar qualquer registro de sistema. O editor pode pesquisar, procurar, criar, publicar e exportar descrição, assim como excluir registros e editar termos do vocabulário controlado. O colaborador

pode pesquisar, procurar, criar, editar e exportar descrições. O tradutor pode pesquisar e publicar descrições. O pesquisador não requer o nome do usuário ou senha. A Figura 03 ilustra o perfil de acesso ao ICA-AtoM (AtoM).

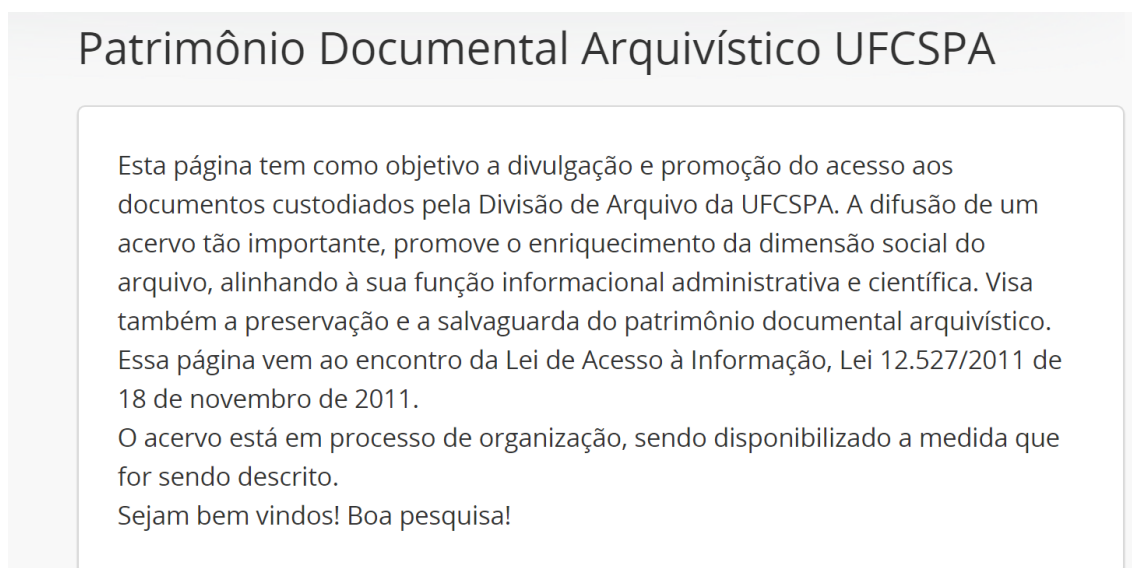


Grupos de usuários

- administrador
- editor
- colaborador
- tradutor

**Figura 3** - Perfil do usuário

A pesquisa foi realizada na Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSA). A Figura 04 mostra a página inicial do ICA-AtoM (AtoM) nessa universidade. Essa instituição está utilizando a versão ICA-AtoM (AtoM) 2.2.0 com o seguinte sítio eletrônico: <http://atom.ufcsa.edu.br/index.php/>.



## Patrimônio Documental Arquivístico UFCSA

Esta página tem como objetivo a divulgação e promoção do acesso aos documentos custodiados pela Divisão de Arquivo da UFCSA. A difusão de um acervo tão importante, promove o enriquecimento da dimensão social do arquivo, alinhando à sua função informacional administrativa e científica. Visa também a preservação e a salvaguarda do patrimônio documental arquivístico. Essa página vem ao encontro da Lei de Acesso à Informação, Lei 12.527/2011 de 18 de novembro de 2011.

O acervo está em processo de organização, sendo disponibilizado a medida que for sendo descrito.

Sejam bem vindos! Boa pesquisa!

**Figura 4** - Página inicial

A descrição inicia-se com o registro da instituição arquivística em que se apresentam os informes gerais da organização, incluindo a forma autorizada de nome, forma paralela de nome, endereço e telefone de contato, bem como e-mail. Possui a área

de descrição, área de acesso, área de serviço e área de controle. A história, o contexto cultural e geográfico, as políticas de gestão e entradas de documentos, os prédios e o acervo são delimitados na área de descrição. A área de acesso, por sua vez, informa o horário de funcionamento, condições de acesso e uso. A área de serviço faz referência ao serviço de pesquisa e reprodução. Por fim, a área de controle menciona aspectos vinculados ao identificador da descrição, regras ou convenções utilizadas, nível de detalhe, pontos de acesso, etc.

Dentro dessas áreas, alguns elementos são obrigatórios na área de identificação (identificador, forma autorizada de nome). Apesar de apenas esses elementos serem obrigatórios, é importante que outras informações sejam preenchidas, como a pessoa do contato, a história, o contexto cultural, a estrutura administrativa, o horário de funcionamento da instituição arquivística, etc.

Prosseguindo com o processo descritivo, é realizado o registro de autoridade, com a identificação do nome do produtor dos documentos, com informações concernentes ao tipo de entidade, status legal, assim como as funções que exercem.

No cadastro da instituição arquivística e no registro de autoridade na área de controle, tem-se o estado da descrição com três opções: final, revisado e versão preliminar, conforme Figura 05.

Área de controle da descrição

Identificador da descrição

Identificador da instituição

Regras ou convenções

Estado

Final  
Revisado  
Versão preliminar

Datas de criação, revisão e eliminação

**Figura 5** - Tela do ICA-AtoM (AtoM) com o status do estado da descrição entidade arquivística e registro de Autoridade

Posteriormente a essa etapa, é preciso descrever os fundos abertos e, quando necessário, os fechados. A descrição dos fundos segue a ISAD(G), que possui 7 áreas: área de identificação (identificar a unidade de descrição); área de contextualização (informa sobre a origem e custódia da unidade de descrição); área de conteúdo e estrutura (informa sobre o assunto e organização da unidade de descrição); área de condições de acesso e de uso (informa sobre a acessibilidade da unidade de descrição); área de fontes relacionadas (informa sobre fontes com uma relação importante com a unidade de descrição); área de notas (refere-se à informação especializada ou a qualquer outra informação que não possa ser incluída em nenhuma das outras áreas); e área de controle da descrição (informa sobre como, quando e por quem a descrição arquivística foi elaborada). O ICA-AtoM (AtoM), seguindo a ISAD (G), traz essas áreas, acrescida de mais duas: ponto de acesso e área de administração, assim como destaca a Figura 06.

*Sem título*

Área de identificação
Área de contextualização
Área de conteúdo e estrutura
Área de condições de acesso e uso
Área de documentação associada
Área de notas
Pontos de acesso
Área de controle da descrição
Área de administração

Cancelar Criar

**Figura 6** - Tela do ICA-AtoM (AtoM) para as áreas de descrições a serem descritas

A hierarquia dos níveis de descrição é inserida no momento da descrição dos fundos, sendo possível inserir as séries, depois subséries, além de outros níveis de descrição. Na área de administração, há a opção referente ao estado de publicação, com duas opções: versão preliminar ou publicada. Na primeira, a descrição não fica disponível ao público para acesso; já na segunda, o usuário possui acesso e já pode solicitar consultas.

Na UFCSPA, foram descritos cinco fundos documentais, sendo quatro fechados e um aberto, conforme Figura 07.

**Mostrando 5 resultados**  
Descrição arquivística

Somente descrições de nível superior ✕

Ordenar por: **Mais recente** ▾

- Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre**  
BR RSUFCSA UFCSPA · Fundos · 2016  
Documentos produzidos e recebidos pela Fundação Faculdade Católica de Medicina de Porto Alegre no cumprimento das atividades relacionadas ao ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil, assim como funções concernentes a atividade-meio  
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
- Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre**  
BR RSUFCSA FFFFCMPA-U · Fundos · 1987-2008  
Documentos produzidos e recebidos pela Fundação Faculdade Católica de Medicina de Porto Alegre no cumprimento das atividades relacionadas ao ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil, assim como funções concernentes a atividade-meio  
Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre
- Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre**  
BR RSUFCSA FFFFCMPA · Fundos · 1980-1987  
Documentos produzidos e recebidos pela Fundação Faculdade Católica de Medicina de Porto Alegre no cumprimento das atividades relacionadas ao ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil, assim como funções concernentes a atividade-meio  
Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre
- Fundação Faculdade Católica de Medicina de Porto Alegre**  
BR RSUFCSA FFFCMED · Fundos · 1969-1980  
Documentos produzidos e recebidos pela Fundação Faculdade Católica de Medicina de Porto Alegre no cumprimento das atividades relacionadas ao ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil, assim como funções concernentes a atividade-meio  
Fundação Faculdade Católica de Medicina de Porto Alegre
- Faculdade Católica de Medicina de Porto Alegre**  
FFCMED · Fundos · 1953-1969  
Documentos produzidos e recebidos pela Fundação Faculdade Católica de Medicina de Porto Alegre no cumprimento das atividades relacionadas ao ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil, assim como funções concernentes a atividade-meio  
Faculdade Católica de Medicina de Porto Alegre

**Figura 7** - Tela do ICA-AtoM (AtoM) com a relação dos fundos documentais

Posteriormente se descrevem as séries documentais, sendo a UFCSPA componente do quadro de instituições que segue a política nacional de arquivos, no que tange à adoção dos instrumentos técnicos (código de classificação das atividades-meio e atividades-fim) em sua gestão documental. Considerando a classificação atribuída na fase corrente, optou-se pela aplicação desses instrumentos com adaptação aos arquivos permanentes. Dessa forma, as séries inseridas no ICA-AtoM (AtoM) são elencadas na Figura 08.



Figura 8 - Tela do ICA-Atom (Atom) do nível série

A descrição das subséries, por sua vez, oportuniza o conhecimento mais profícuo dos conjuntos documentais. A descrição do dossiê é uma exigência da Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE – (CONARQ, 2006), visto que, para descrever o nível documental, este precisa estar inserido como parte de um dossiê ou processo. Por fim, a descrição do item documental visa a disponibilizar os documentos para acesso, juntamente, em muitos casos, com a inserção da imagem digitalizada, como exemplificação na Figura 09.

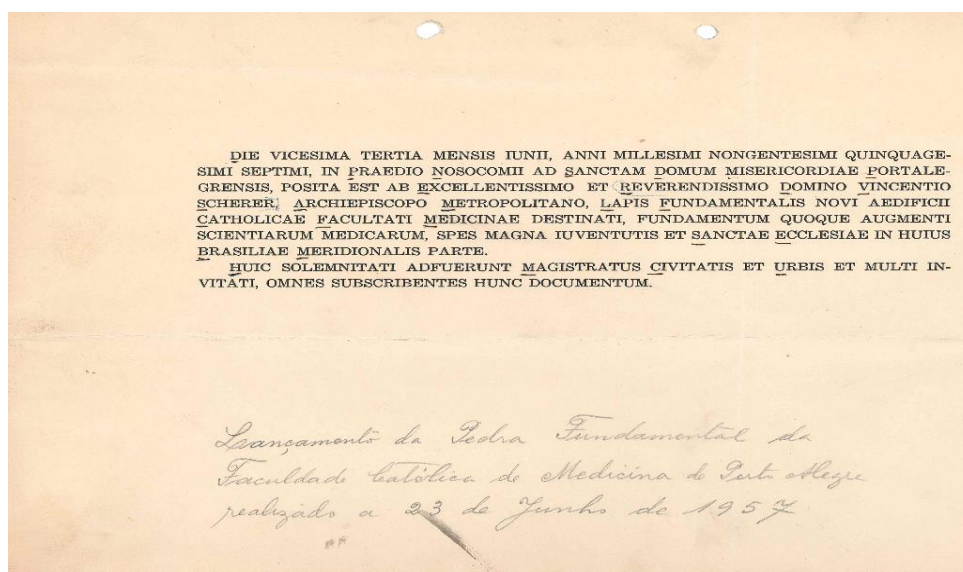


Figura 9 - Lançamento da pedra fundamental disposta no ICA-Atom (Atom)



A descrição no ICA-AtoM (AtoM) é multinível, que tem como base a descrição do geral para o particular, sendo uma consequência prática do princípio do respeito aos fundos: informação relevante para o nível de descrição; relação entre descrições; e não repetição de informação. Dessa forma, sistematizando esses conceitos, seguintes passos são elencados, respectivamente: descrição da instituição arquivística; registro de autoridade; descrição dos fundos documentais; séries, subséries; dossiê; e item documental. Devido a isso, buscou-se adequar os instrumentos técnicos de classificação e temporalidade com a NOBRADE.

Essa tecnologia produz instrumentos de pesquisas, que são gerados pelo próprio *software* de forma estruturada, considerando o nível de descrição, permitindo aos usuários dos arquivos acesso a diversas funcionalidades com a função de facilitar a pesquisa e a recuperação da informação. O usuário pode consultar o título do item e as imagens digitalizadas dispostas no *software*.

#### 4 ACESSO A INFORMAÇÃO NAS UNIVERSIDADES

A LAI e o Decreto nº 7.724, publicado no ano de 2011, regulam e normatizam a disponibilização da informação, tanto de forma passiva quanto de forma ativa.

Nesse sentido, ainda, a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), em seu artigo 5º, inciso XXXIII determina que:

Todos têm direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

A LAI e a Constituição Federal vêm corroborar a importância e o direito da população sobre os procedimentos para consecução de seu direito de acesso à informação de forma passiva e ativa, assegurando medidas que oportunizem o tratamento e a disponibilização das informações. Esse direito perpassa por informações obtidas dos documentos de caráter corrente, intermediário e permanente das instituições.

A perspectiva de acesso está vinculada à consulta aos documentos, garantindo aos usuários os seus direitos. O acesso, segundo o CIA (2011, p. 3), “é a disponibilidade de documentos para consulta como resultado tanto de autorização legal quanto da existência

de instrumentos de pesquisa”. Portanto, o direito de acesso informacional faz parte do processo democrático, social e político, sendo um direito civil e político no exercício da cidadania.

O cidadão pode solicitar informações que fazem referência a um documento em produção, como é o caso das licitações, da relação de recursos dos órgãos públicos, etc. Ele ainda pode consultar, caso as IFES tenham Plataforma Arquivística de Descrição, Difusão e Acesso para os seus Documentos e Informações aos Cidadãos, conjuntos documentais divulgados de forma ativa a citar ICA-AtoM (AtoM), ContentDM, ArchivistToolkit.

Jardim (2001, p, 17) dispõe que “instrumentalizado para exercer o acesso à informação governamental, o cidadão configura-se como sujeito informativo”. A perspectiva de acesso e o papel do cidadão, para Lafer (2005, p. 36), dispõe que o “cidadão dever ser colocado em condição de saber, com base no direito à informação, a fim de participar diretamente ou indiretamente do processo de tomada de decisões coletivas”.

O contexto tecnológico tem influência direta no que tange ao acesso à informação, pois, segundo Mariz (2012, p. 15), “a disponibilização dos documentos na rede redefine os horizontes de acesso à informação, ampliando, por outro lado, os direitos civis e políticos do cidadão, além de permitir a maior efetividade governamental”. Portanto, a tecnologia tornou-se uma ferramenta essencial na disponibilização da documentação para consulta aos usuários.

Nesse âmbito, o software ICA-AtoM (AtoM) vem ao encontro da disponibilização dos conjuntos documentais, pois permite a descrição, a difusão e o acesso. Essa ferramenta é eficiente e eficaz na difusão e no acesso aos conjuntos documentais dos arquivos, visto que o acesso à informação provém de documentos arquivísticos.

As IFES, no sentido de desempenhar um papel de liderança na utilização de *software* livre, no acesso aos conjuntos documentais e no acesso às informações, devem de forma incisiva utilizar o ICA-AtoM (AtoM), promovendo, assim, o acesso *online* aos conjuntos documentais, ao intercâmbio e à difusão de informações. Essa divulgação e o fato de tornar público acervos universitários possibilitam o desenvolvimento de novas funções e de um novo *status*. *Status* moderno no que tange a um exercício de cidadania e de cumprimento de deveres enquanto arquivistas para com a sociedade.

Jardim (2012, p.136) ainda reforça que “a indissociabilidade entre ensino, produção e difusão do conhecimento demanda novas posturas e diálogos entre universidades, instituições e serviços arquivísticos. Ampliam-se também as exigências de diálogos interdisciplinares”.

Essa interdisciplinaridade envolve pensar a aplicação da LAI e das políticas arquivísticas no que tange ao acesso eficaz e eficiente das informações. A contemplação dessas políticas e da gestão documental permite que, de fato, a sociedade tenha realmente a sua demanda respondida de forma satisfatória.

Segundo Jardim e Miranda (2015, p. 18) “a ausência de políticas públicas arquivísticas colabora muitas vezes para a incapacidade de as instituições públicas desenvolverem uma gestão de documentos e arquivos”. Ainda segundo esses autores:

A negligência na aplicação da legislação arquivística nas instituições públicas contribui também para a desconsideração de aspectos relevantes ao campo arquivístico em outras legislações que tratam sobre direito e acesso à informação, como é o caso da Lei de Acesso à Informação (JARDIM; MIRANDA, 2015, p.18).

Portanto, o direito de acesso inclui um trabalho interdisciplinar, que tem relação intrínseca com as políticas arquivísticas, e nestas com os processos de descrição e difusão documental. Esses processos possuem relação com a promoção do acesso aos acervos documentais.

Algumas IFES estão utilizando esse software, como a Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de Santa Maria, Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, além de outras. Recomenda-se que outras IFES se espelhem nessas iniciativas e possam também divulgar o seu patrimônio documental arquivístico.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar com a disponibilização dos conjuntos documentais das IFES é proporcionar ao cidadão a possibilidade de conhece-los e difundi-los à sociedade. Aproximar os arquivos universitários e os usuários constitui-se em um componente importante para que estes sejam considerados fonte de pesquisa de cunho histórico e social. Nessa perspectiva, o conhecimento e o reconhecimento dos arquivos enquanto

instituição de história e memória é um aspecto que deve ser valorizado. Dessa forma, a aplicação do ICA-AtoM (AtoM) nas universidades é primordial, pois com esse software pode se descrever e difundir os documentos, sendo uma ferramenta essencial no auxílio à construção da cidadania. A utilização dessa ferramenta deve ser incentivada nas universidades, visto que são unidades fomentadoras de conhecimento.

As IFES também podem garantir a autenticidade e o acesso a longo prazo dos conjuntos documentais por meio de estratégias de preservação e manutenção da cadeia de custódia dos documentos digitais permanentes, por meio da integração do ICA-AtoM (AtoM) com o Archivemática. Essa possibilidade garante ao cidadão o acesso a documentos íntegros, confiáveis.

No caso da UFCSPA, em continuação ao estudo realizado, foi solicitada à equipe de Tecnologia da Informação a atualização da versão Release 2.4.0 e a interconexão com o Archivemática, garantindo autenticidade dos conjuntos documentais por meio da custódia no RDC-Arq.

Por fim, o arcabouço teórico permite o conhecimento da ferramenta ICA-AtoM (AtoM) e o entendimento em termos de aplicabilidade nas IFES, apresentando novas possibilidades de atuação e de difusão de seus arquivos, sendo um passo efetivo e decisivo para a transparência administrativa e para a melhoria dos processos governamentais.

## **IMPLEMENTATION OF ICA-ATOM SOFTWARE AS A TOOL FOR DISSEMINATION ARCHIVAL COLLECTION AT IFES: THE UFCSPA CASE STUDY**

### **ABSTRACT**

This article is a result of the Professional Program Dissertation in Cultural Patrimony of the Federal University of Santa Maria, entitled as "a fund identification policy, description and diffusion in higher education federal institutions (IFES)". The developed theme is based on the application of ICA-AtoM (AtoM) in the process of archival description at the Federal University of Health Sciences of Porto Alegre, and may be the basis for other IFES. These institutions have as function the research, education and extension, presupposing, in this way, an active interest in the information diffusion. The documents carry with then fundamental information for social construction and register aspects related to academic, administrative and social activities. In this perspective, the ICA-ATOM (ATOM) software is a great ally in the documentary collections diffusion, because it is a tool of great use and application by the

international archival community, becoming relevant in the institutional context. To achieve this goal it was necessary to study the characteristics of this software and the possibilities regarding their use. It is intend also, to realize a study within the functionalities of this tool when it comes to the maintenance of custody chain and the access to information context. As for the methodology, the nature of this research is applied, aiming the solution of specific order problems. From the point of view of the objectives it is characterized as a descriptive research and in relation to technical procedures, it constitutes in a case study, with the help of bibliographic and documentary research.

**Keywords:** ICA-AtoM (AtoM). Access to information. Difussion of archives.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Marília Souza Diniz. **Do sigilo ao acesso: análise tópica de mudança de cultura.** Revista do TCE, Belo Horizonte, nº esp., p. 120-134. 2012. Disponível em: <<http://revista.tce.mg.gov.br/Content/Upload/Materia/1683.pdf>>. Acesso em: 09 de set. 2017.

ATOM: release 2.3.1. Disponível em: <<https://www.accesstomemory.org/pt-br/docs/2.3/>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

BASTIAN, Jeannette Allis. A Question of Custody: The Colonial Archives of the United States Virgin Islands. **American Archivist**, Chicago, v. 64, n.1, (Spring/Summer 2001), p. 96-114.

BRASIL. ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística.** 2005. Disponível em: <[http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion\\_Term\\_Arquiv.pdf](http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf)>. Acesso em: 27 set. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.724, de 16 de mai. de 2012. **Regulamentação da Lei de Acesso à Informação**, Brasília, DF, mai. 2012.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.527, de 18 de nov. de 2011. **Lei de Acesso à Informação**, Brasília, DF, nov. 2011.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988).** Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/>>. Acesso em: 18 dez. 2015.

CIA. CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **Comitê de boas práticas e normas; Grupo de Trabalho sobre Acesso.** Princípios de acesso aos arquivos. 2011. Disponível em: <<http://www.ica.org/13619/toolkits-guides-manuals-and-guidelines/principles-ofaccess-to-archives.html>>. Acesso em: 2 jul. 2014.

CONARQ. **Diretrizes para a implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis – Rdc-Arq.** 2015. Disponível em:

<[http://conarq.arquivonacional.gov.br/conarq/images/publicacoes\\_textos/diretrizes\\_rdc\\_arq.pdf](http://conarq.arquivonacional.gov.br/conarq/images/publicacoes_textos/diretrizes_rdc_arq.pdf)>. Acesso em: 14 set. 2017.

\_\_\_\_\_. **NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

\_\_\_\_\_. Orientações para contratação de SIGAD e serviços correlatos. **Orientação Técnica nº 01, abril de 2011.** Disponível em:

<[http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/ctde/Orientacoes/Orientacao\\_tecnica\\_1](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/ctde/Orientacoes/Orientacao_tecnica_1)>. Acesso em: 17 fev. 2017.

FLORES, Daniel. **A Arquivologia e os Arquivos em Ambientes Digitais.** Brasília - DF. 97 slides, color, Padrão Slides Google Drive/Docs 4x3. Material elaborado para a Palestra IBICT- Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, de 01 a 03 de dezembro de 2015. Disponível em: <<http://documentosdigitais.blogspot.com>>. Acesso em: 01 dez 2015.

\_\_\_\_\_. **Sistemas informatizados de acesso e gestão da preservação em documentos históricos permanentes.** Fórum Permanente: as instituições, memória e as tecnologias da informação e comunicação: desafios contemporâneos. Campinas - SP. 61 slides, color, Padrão Slides Google Drive/Docs 4x3. Material elaborado para a Palestra na Unicamp, 12 de abril de 2016. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/hotsites/2-seminario-ged/arquivos/anexo-1/2-seminario-ged-archivematica-preservacao-digital-daniel-flores.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2016.

\_\_\_\_\_; HEDLUND, Dhion Carlos. A preservação do patrimônio documental através da produção de instrumentos de pesquisa arquivísticos e da implementação de repositórios arquivísticos digitais. **Série Patrimônio Cultural e Extensão Universitária,** Brasília, n. 3, fev. 2014. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4324>>. Acesso em: 05 dez. 2015.

InterPARES. INTERNACIONAL RESEARCH ON PERMANENT AUTHENTIC RECORDS IN ELETRONIC SYSTEMS. **Preserver guidelines: making and maintaining digital materials – guidelines for individuals.** Canadá. InterPARES 2 project, 2007. Disponível em: <[http://www.interpares.org/ip2/ip2\\_index.cfm](http://www.interpares.org/ip2/ip2_index.cfm)>. Acesso em: 01 set. 2015.

JARDIM, José Maria. A Pesquisa em Arquivologia: um Cenário em Construção In: Marta Lígia Pomim Valentim (Org.): **Estudos avançados em Arquivologia.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. 318p. Disponível em: <[https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/estudos\\_avancados\\_arquivologia](https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/estudos_avancados_arquivologia)>. Acesso em: 30 de jan. 2016

\_\_\_\_\_. Arquivos, Transparência do Estado e Capacidade Governativa na Sociedade da Informação. **Paper elaborado por solicitação da Oficina de Asuntos Culturales da**

**Organização dos Estados Americanos.** 2001. Disponível em:

<[https://bvc.cgu.gov.br/bitstream/123456789/3350/1/Arquivos\\_transparencia\\_do\\_estado\\_capacidade](https://bvc.cgu.gov.br/bitstream/123456789/3350/1/Arquivos_transparencia_do_estado_capacidade)>. Acesso em: 30 ago. 2015.

\_\_\_\_\_; MIRANDA, Vanessa Leite. A implantação da lei de acesso à informação nas universidades federais do estado do rio de janeiro. **XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB)**. Disponível em:

<<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/view/2835/1113>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

LAFER, Celso. O público e o privado: suas configurações contemporâneas para a temática de arquivos. In: **Documentos privados de interesse público, o acesso em questão**. São Paulo: IFHC, 2005. p. 33-49.

MARIZ, Anna Carla Almeida. **A informação na internet: arquivos públicos brasileiros**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

---

**Trabalho recebido em: 21 fev. 2017**

**Trabalho aceito em: 12 abr. 2018**

---